



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343, DE 2017**  
**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Votação, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências; tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela aprovação (Relator: Deputado Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária, e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo (Relator: Deputado Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Finanças e Tributação (Relator: Deputado Pedro Paulo). Emendas de Plenário de nºs 1 a 65: tendo parecer proferido em Plenário: da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo); da Comissão de Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; pela inadequação*



---

*financeira e orçamentária das Emendas de nºs 7, 8,16 a 18, 48 e 52; e, no mérito, pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65 (Relator: Deputado Pedro Paulo); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa das Emendas de nºs 1 a 6, 9 a 15, 19 a 47, 49 a 51 e 53 a 65; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade das Emendas de nºs 7, 8,16 a 18, 48 e 52 (Relator: Deputado Pedro Paulo).*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 068.3.55.O**  
**Data: 10/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há requerimento sobre a mesa.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Adérmis Marini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

**O SR. ADÉRMIS MARINI** (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, quero agradecer ao meu partido a cessão do tempo de Liderança do PSDB.

O que me traz aqui é que na semana passada, no momento em que eu presidia sessão da Câmara dos Deputados, chegou notícia do *Jornal Comércio da Franca*, por intermédio das redes sociais, compartilhada inclusive no meu WhatsApp, de que o Prefeito de Franca estaria fazendo estudos para a privatização de duas faculdades que são autarquias municipais: a Faculdade de Direito de Franca e o Centro Universitário Municipal de Franca — UNI-FACEF, onde estudei e me formei em Ciências Econômicas, fiz minhas pós-graduações em gestão e administração de empresas e iniciei minha vida política, como líder estudantil, presidente de diretório acadêmico. Eu tenho um carinho muito especial pelo UNI-FACEF.

Nesse fim de semana, o Prefeito desmentiu a notícia. Gostaria de parabenizá-lo.

Houve uma grande discussão em nossa cidade, Deputado Izalci, sobre o número de bolsas fornecidas pelas autarquias municipais não ser suficiente para atender os alunos, principalmente aqueles com menor poder aquisitivo. Pensando nisso, passei o fim de semana estudando e encontrei uma forma de ajudar efetivamente essas duas autarquias a aumentar o número de bolsas.



Juntamente com o pessoal técnico da Câmara dos Deputados, estudei a lei do Fundo de Financiamento Estudantil — FIES. Nós vimos que ela tem uma lacuna — os alunos de autarquias municipais não podem ser contemplados por ele.

Assim, acabei de protocolar nesta Casa dois projetos de lei visando incluir as autarquias municipais no programa. Isso vai beneficiar não só estas duas faculdades da minha cidade, a Faculdade de Direito de Franca e a UNI-FACEF, mas todas as autarquias municipais do Brasil, permitindo que vários alunos com menor poder aquisitivo sejam atendidos pelo FIES.

Eu gostaria de pedir aos nobres colegas Deputados que se juntem a mim numa ação para que esse projeto tramite com rapidez e nós possamos atender o maior número possível de alunos.

Aproveitando o ensejo, amanhã, na Câmara Municipal de Franca, será discutido o tema. Haverá uma ampla movimentação de apoio a essas duas entidades importantes que criam um capital intelectual muito importante para a cidade, trazem riqueza, fazem com que Franca seja um polo regional de ensino e de referência para todo o Brasil.

Sr. Presidente, peço que este meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, PSDB, pelo uso do tempo da Liderança.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Weverton Rocha.

**O SR. WEVERTON ROCHA** - Sr. Presidente, vou declinar do meu tempo de Líder e falar mais à frente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento om o seguinte teor:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do artigo 83, parágrafo único, II, "c", combinado com o artigo 117, VI, todos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Retirada de Pauta da presente Ordem do Dia do PLP nº 343, de 2017.*

*Sala das Sessões, 10 de abril de 2017.*

*Glauber Braga*

*Líder do PSOL*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, para falar a favor da matéria.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que neste momento assistem à sessão pela *TV Câmara*, já na semana passada a base do Governo tentou a todo custo votar essa matéria. Fizeram uma testagem da votação, na qual tiveram 257 votos, demonstrando que não teriam número suficiente, em se tratando de projeto de lei complementar, para que fosse aprovada pelo Plenário.

Hoje eu não tenho dúvida de que nós vamos conseguir obstruir a votação para que a matéria não seja deliberada. Por quê, Deputados e Deputadas? Por um motivo muito simples: renegociar a dívida dos Estados? Sim. Com essas contrapartidas draconianas? De jeito nenhum. Eu não vou me cansar de repetir que ampliar a contribuição previdenciária de quem nem está recebendo salário, como é o caso dos funcionários públicos do Rio de Janeiro, é um grande absurdo. Privatizar a CEDAE — Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro por preço de banana, aproveitando-se da crise para entregar um patrimônio do Estado que inclusive tem saldo positivo, dá lucro e garante a vida de milhões de pessoas, não, nós não aceitaremos.

Por esse motivo, nós apresentamos um requerimento de retirada de pauta, lembrando aos Deputados e Deputadas que essa matéria já foi votada por este Plenário. As contrapartidas foram retiradas. Agora o Governo coloca uma nova matéria para que possam ser aceitas, querendo empurrar contrapartidas draconianas goela abaixo. Nós não podemos aceitar. Essa matéria não pode ser



votada, não pode ser deliberada, porque ela retira direitos não só dos trabalhadores do Rio de Janeiro, mas de vários Estados brasileiros.

Vejam só, no Rio de Janeiro, o Governador concede uma isenção ou um empréstimo futuro de 650 milhões de reais para a AMBEV, mas ao mesmo tempo quer que seja renegociada a dívida do Estado, para que ele possa vender a CEDAE e penalizar ainda mais os servidores.

Por esse motivo, eu peço o voto de cada um e de cada uma de V.Exas. a favor do requerimento de retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o PT?

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Sr. Presidente, o PT se posiciona favoravelmente. Nós nos posicionamos favoravelmente à retirada de pauta.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, em primeiro lugar, nós gostaríamos de colocar nosso posicionamento em relação a esse projeto. Muitas vezes as pessoas tentam distorcer o nosso posicionamento real e dizem que nós não queremos resolver o problema dos Estados, particularmente do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

É verdade que esses Estados estão numa situação de muita dificuldade, com problemas financeiros sérios, com atraso de pagamento de seus funcionários, enfim, com um conjunto de questões que colocam uma dificuldade real na administração. Não vamos discutir aqui as razões pelas quais chegaram a essa situação, mas, com certeza, são equivalentes às de outros tantos Estados que ainda não chegaram a essa situação, mas que estão caminhando para ela.

Muitos dizem: "*Ah, houve irresponsabilidade*". Eu não quero aqui julgar cada caso, se houve responsabilidade. O fato concreto é que o Brasil vive uma crise econômica, que a política do Governo Federal é de depressão econômica, de desinvestimento, de impedir o investimento através de altas taxas de juros, que o Banco Central mantém cada vez mais altas. E agora começou a falar em reduzi-las, mas já mantém há 1 ano taxas de juros violentas contra a economia nacional que beneficiam apenas o capital financeiro.

É isso que vem quebrando os Estados, é isso que quebrou esses três Estados, por causa da queda da arrecadação, por causa das dificuldades de ajustar



a sua quase impossibilidade de honrar a folha de pagamento, de honrar suas despesas à realidade da queda de arrecadação.

A situação que vivem esses três Estados é a mesma a que outros 10 ou 15 vão chegar, inclusive São Paulo. O Governador Geraldo Alckmin se arvora em ser austero e grande gestor, mas o Estado está próximo dos limites colocados pelo projeto do Governo.

O que nós queremos é simplesmente votar um substitutivo que dê a todos os outros Estados a possibilidade de reorganizar as suas finanças através de uma negociação com o Governo Central, através de um diálogo em que possa haver um alívio no pagamento das dívidas.

Afinal, o que qualquer sistema bancário que se preze ou qualquer loja de massa faz é negociar as dívidas, para que possa recebê-las e não levar o cliente à falência. É isso que se espera de qualquer renegociação. E o que se pretende com o nosso substitutivo é exatamente isto: permitir a todos os Estados que participem dessa negociação.

O Governo, especialmente o Ministro Henrique Meirelles, que é quem dirige efetivamente o País, e só diz não, porque defende a banca, defende os interesses do capital financeiro, não está nem aí para os serviços públicos, não está nem aí para a educação e para a saúde. Ele quer é que se explodam, porque para ele interessa unicamente uma coisa: ajuste fiscal. Não existe da parte desse Governo nenhum plano de retomada de crescimento, nenhuma medida incentivadora ao crescimento econômico. Nada! Absolutamente nada! Por isso é que nós vamos apresentar esse substitutivo.



O Governo é tão arrogante que acha que, porque anunciou que faz algumas modificações que nós nem sabemos quais são na PEC da Previdência, vai obter o apoio do povo brasileiro. Para obter esse apoio, faz terrorismo o tempo todo com o povo brasileiro, dizendo que não vai pagar a Previdência, que ela vai quebrar, que o povo não vai receber aposentadoria. São mentiras e mais mentiras da parte desse Governo.

Nós precisamos é retomar o crescimento econômico para que haja sim equilíbrio fiscal, mas não reduzir, cortar, como fez agora. Esses cortes só vão acelerar a depressão, só vão acelerar prejuízos para as empresas e para os trabalhadores. E o desemprego vai continuar aumentando.

Mexer em pontos periféricos da Previdência, sem mexer no que é o principal, não vai mudar a oposição popular a esta reforma. Enquanto o Governo insistir em colocar a idade de aposentadoria em 65 anos para homens e mulheres, enquanto o Governo insistir em aumentar o tempo de contribuição de 15 anos — muita gente já não consegue chegar a isso — para 25 anos como condição para a aposentadoria e enquanto o Governo insistir em manter um redutor do valor da aposentadoria de 49 anos, um redutor em que cada ano inferior a 49 você perde 1% no valor da sua aposentadoria, enquanto esses três pontos estiverem em vigor, nós vamos ter uma proposta que não vai deixar de ter a oposição da maioria esmagadora do povo brasileiro.

Não se iludam, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, com jantares no Palácio da Alvorada ou no Palácio do Jaburu. Podem acontecer muitos jantares. Aliás, eu sempre recomendo aos eleitores, em campanhas eleitorais, que, quando algum candidato oferecer um churrasco, vão lá comer. É bom. A comida talvez seja boa lá



no Palácio. Mas o importante é o seguinte: na hora de votar, não votem contra o povo brasileiro, não votem a favor deste desmonte da Previdência Social. Isso não terá desculpa nas próximas eleições.

O povo não vai esquecer o nome de quem votou a favor do desmonte da Previdência, porque o projeto do Sr. Meirelles — o projeto do Sr. Meirelles, repito —, é excluir da aposentadoria milhões de brasileiros e brasileiras que trabalharam e trabalham, mas que muitas vezes não têm registro em carteira, não contribuem mensalmente. Esses vão ser os grandes prejudicados.

Não venham falar em tirar privilégios, como agora, em propaganda do Governo, que quer jogar a opinião pública contra políticos e funcionários públicos. Ora, todo mundo sabe que os programas de televisão execram os políticos. Mas querer jogar o povo contra os funcionários públicos, contra o médico, o professor, a merendeira escolar, o funcionário que trabalha atendendo a população dizendo que há privilégios? Há privilégios sim, em algumas categorias, mas não para os milhões de funcionários públicos deste País, que têm que ser respeitados como qualquer trabalhador.

Sr. Presidente Michel Temer, retire essa propaganda da televisão. É uma vergonha querer colocar o povo brasileiro contra o funcionalismo. Um Governo que se preze tem que valorizar seus funcionários.

Nós vamos continuar dizendo “não” a esta reforma. “Não” ao desmonte da Previdência Social!



**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PP vota “não” e pede a V.Exa. que consigne o voto “não” para toda a base.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PTB?

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Bloco do PTB também vota “não” à retirada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

**O SR. GENECIAS NORONHA** (SD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Solidariedade vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSC vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSC vota não.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “não”, Sr. Presidente.



**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA** (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

O PPS vota “não”.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, surpresa fiquei quando fui à mesa e soube que há um requerimento de retirada de pauta por parte do Governo. Até o Governo reconhece a necessidade de retirar a matéria de pauta.

O PCdoB vota “sim” à retirada de pauta desta matéria, porque já está sobejamente provado que ela vem lamentavelmente com um escopo negativo para os Estados e para o País.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A base aliada vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar o PMDB.

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** - Sr. Presidente, eu oriento o PTB, mas não colocam no painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PTB vota “não”.

**O SR. VALADARES FILHO** (PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “não”, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM?

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. EDMAR ARRUDA** - Sr. Presidente, o PSD quer orientar; não orientou ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim” pelas razões apresentadas pelo Líder Glauber Braga sobre o requerimento. É bom lembrar que a renegociação de dívidas e o auxílio a Estados por parte da União, que concentra mais de 60% da arrecadação geral do País e tem uma posição muito mais forte em relação aos demais entes federados, são necessários e urgentes, particularmente no caso do Rio de Janeiro.

Mas esse programa chamado de recuperação fiscal é extremamente draconiano, está orientado pela ideia do Estado mínimo e do privatismo máximo — a lista de empresas obrigatoriamente privatizáveis é imensa —, e o Rio de Janeiro vive uma situação de caos total em todas as instâncias de poder.

Este projeto, portanto, é nefasto e não deve ser votado agora.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PMDB vota “não” e solicita a todos os colegas Deputados e Deputadas, inclusive da bancada do PMDB, que se façam presentes no plenário, para que nós possamos votar este projeto, que é de extrema importância, em especial para os Estados do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de



Janeiro. Eu espero que os demais Estados não cheguem à situação a que esses Estados chegaram.

É muito importante lembrar que neste momento nós precisamos fazer esse ajuste fiscal nos Estados, especialmente nesses três. Gostaríamos muito de contar com a colaboração de todos os colegas Deputados e Deputadas, para que esses entes da Federação mantenham-se trabalhando com dignidade e, em especial, pagando a folha de pagamento dos servidores públicos. Votar este projeto hoje é possibilitar que os servidores públicos recebam os seus salários em dia.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os Estados chegaram à situação de quebraadeira atual por conta da demagogia e do populismo dos seus governantes. Nós observamos hoje, no debate desta matéria, a insistência de alguns em manter o discurso demagógico, populista e pouco responsável.

Não caberia de forma alguma à União mandar recursos para os Estados que estão em situação de falência sem que houvesse exigências. Com que argumento a bancada de Pernambuco, a bancada da Bahia, as bancadas do Norte e do Nordeste poderiam aprovar um projeto sem contrapartidas para mandar dinheiro para o Rio de Janeiro?

Impressionam-me muito Parlamentares de oposição da Região Nordeste do País fazerem discurso para que dinheiro seja enviado para o Rio de Janeiro e para o Rio Grande do Sul sem contrapartida.



O Relatório está bem feito. Nosso voto é “não”. Vamos aprovar o projeto, para dar oportunidade de ajudar esses Estados, mas com as contrapartidas estabelecidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. EDMAR ARRUDA** (PSD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é impressionante a forma como a Oposição expõe as coisas aqui nesta Casa. Eles vão repetindo a mentira, repetindo a mentira, repetindo a mentira e passam a acreditar na mentira. Dizer que a reforma da previdência não é necessária é uma mentira. Dizer que nós não podemos aprovar o projeto que nós estamos discutindo aqui com relação à renegociação da dívida dos Estados sem exigir a contrapartida? Por quê? Por que a União e o brasileiro têm que pagar a conta de governos irresponsáveis? Não, os governos têm que ser responsabilizados. E nós precisamos, sim, aprovar o projeto com contrapartidas, exatamente para beneficiar o País como um todo, e não alguns Estados brasileiros. Portanto, é necessário que esta Casa deixe de votar com populismo e faça as reformas que precisam ser feitas para melhorar este País, Sr. Presidente.

Por isso, o PSD vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

**O SR. VALADARES FILHO** (PSB-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSB vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar pela retirada de pauta. Havendo verificação, vamos fazer obstrução, desde logo comunicada.



Em relação ao que se está falando da necessidade de contrapartida lá para o Rio de Janeiro, o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais pede a rejeição do projeto. Não pensem que estão fazendo um favor ao Rio de Janeiro; estão fazendo um favor aos que roubaram o Rio de Janeiro. Essas contrapartidas aqui vão acabar atendendo aos grupos que vêm roubando o Rio de Janeiro já há dois Governos, pelo menos, e que é muito conhecido de todos.

Eu já disse aqui que é tão amplo esse esquema de roubo no Rio, que vai ser necessário construir lá o minha cela, minha vida para eles.

Então, neste momento, vamos votar pela retirada de pauta, e, havendo verificação, desde já fica consignada a obstrução da Rede, atendendo ao pedido dessas entidades.

Se V.Exa. me permitir, Presidente, eu vou encaminhar à Taquigrafia a nota do Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais — MUSPE, do Rio de Janeiro, porque aí estará publicado o conjunto de razões desses servidores, e ninguém mais poderá falar em nome deles.

Nós queremos, sim, salvar o Rio de Janeiro, em primeiro lugar, dos ladrões que o abateram.

#### NOTA A QUE SE REFERE O ORADOR

À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Exmo(a). Sr(a). Deputado(a)

O MUSPE — Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais, composto por 42 entidades sindicais e associativas, vem, através deste documento, manifestar-se sobre o PLP 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal



dos Estados e DF, proposto pelo atual Presidente Michel Temer, bem como apresentar propostas para ajudar o Estado do Rio de Janeiro a sair da crise.

Faz-se necessário ressaltar que o MUSPE já apresentou grande parte dessas medidas, na ALERJ, entre os meses de fevereiro e maio de 2016, quando houve diversas reuniões com o governador em exercício à época, Francisco Dornelles, com a equipe econômica e de planejamento do Governo do Estado e técnicos da área de finanças. O governador não levou adiante as propostas. O resultado é o que estamos vivendo hoje. O Rio de Janeiro vive a maior crise financeira, moral e política de sua história.

Assim, tendo em vista o atual momento, há os seguintes apontamentos:

1 - Rejeição integral e imediata do PLP 343/2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e DF - “Pacote de Maldades do Michel Temer”, principalmente no que tange aos Artigos 2º, 8º, 11º e 12º, I.

2 - Auxílio da União ao Rio de Janeiro sem as gravosas contrapartidas à população e aos servidores. Para isso, basta que o Governo Federal realize o necessário encontro de contas da dívida da União com o Estado do Rio, na ordem de R\$ 50 bilhões, através da regulamentação e aplicação da Lei Kandir.

3 - Suspensão imediata e revisão das isenções fiscais das empresas inscritas na Dívida Ativa Estadual e/ou que não comprovarem a contrapartida exigida pela lei ou decreto que instituiu a isenção, bem como as que foram concedidas por decreto, à revelia dos necessários processos legislativos, o que diminui as chances de fiscalização e menospreza o papel do legislador.

4 - Revisão imediata do valor dos royalties, conforme aprovado pela ANS, bastando apenas trabalho político junto ao governo federal e medidas judiciais necessárias a compelir a Petrobrás ao cumprimento;

5 - Limitação de uso de carros oficiais apenas para os chefes de poderes, com a manutenção das frotas, nos três poderes, ater-se ao uso exclusivo em serviço. E venda dos helicópteros de uso exclusivo das autoridades.

6 - Fim das Organizações Sociais na saúde, com realização de concurso público;

7 - Revisão dos contratos administrativos.



8 - Cobrança da dívida ativa estadual, na ordem de R\$ 66 bilhões, através de uma parceria com o Tribunal de Justiça, que resulte em um mutirão para agilização da cobrança, em substituição à securitização da dívida, que só beneficia bancos particulares;

9 - Pelo fim da burla ao teto salarial em todos os Poderes do Estado, com regras inflexíveis de corte, acabando-se com a brecha de indenizações que, na verdade, servem como desculpa para ultrapassar o teto;

10 - Redução imediata dos cargos comissionados e extra-quadros em 50%, pelo menos, em todos os Poderes.

11 - Fim das privatizações e terceirizações, com a substituição por concursados, que custam menos e possuem compromisso com o Estado e não com governantes; Ex: Cedae/OS etc.

O MUSPE não tem a pretensão de resolver o caos financeiro em que vive o Estado do Rio de Janeiro e o país, mas tem a intenção de contribuir, junto com os deputados e com o governo, para apresentar apontamentos que ajudem o Rio de Janeiro a sair da crise econômica e levem à população a esperança de dias melhores.

Está claro que a crise não foi provocada pelo servidor; se há algum culpado, ou culpados, este apontamento já foi feito, inclusive pelo Ministério Público Federal: os políticos corruptos que se locupletaram e saquearam os cofres do Estado do Rio de Janeiro.

O MUSPE vem trabalhando intensamente, em defesa do Estado. Temos um compromisso com centenas de milhares de servidores. Esta responsabilidade nos obriga a alertar a V. Exas. que a insistência na aprovação deste pacote do governo pode gerar forte comoção em todo o Estado.

Não tem sido fácil para as lideranças controlar esta imensa massa de servidores frustrados, lesados e revoltados. Temos tentado uma solução para os problemas. Esperamos que os membros desta Casa Legislativa ajam com a costumeira responsabilidade, no sentido de não impor à sociedade e aos servidores a conta por uma crise a que estes não deram causa, sob pena de se perder o comando do controle social, o que pode gerar consequências imprevisíveis.



Por fim, comunicamos que o MUSPE vem se organizando para recepcionar os deputados nos aeroportos e em suas bases eleitorais, tornando pública a posição de cada parlamentar.

Atenciosamente,

MUSPE (Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais)

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA** (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

**O SR. CARLOS GOMES** (PRB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB votará “não”, até em respeito aos Estados que já tomaram medidas duríssimas para fazer a contrapartida, para ver se conseguem algum benefício dessa renegociação.

Há divergências de opiniões aqui sobre se esse programa irá ou não recuperar o orçamento ou o equilíbrio fiscal do Estado, mas só há um jeito de nós sabermos: aprová-lo, para que os Estados possam efetivar esse programa e se beneficiar dele. Assim, veremos o quanto ele irá, ou não, beneficiar o Estado.

Por isso, o PRB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Faltam o PR, o PV, o PEN, o PMB, a Minoria e o Governo.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Peço a palavra pela Minoria, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, pela Minoria digo que, primeiro, o único caminho possível



aqui de se ter uma votação justa é ir ao Presidente do Congresso Nacional, o Senador Eunício Oliveira, e pedir a S.Exa. para convocar uma sessão para apreciação de vetos. A Casa já se pronunciou sobre o tema. Houve veto, mas nós podemos derrubar o veto e fazer valer o projeto votado em dezembro.

Segundo, a emenda substitutiva que está na mesa não tem essas contrapartidas, mas tem outras, respeitando a autonomia de negociação do Estado com o Governo Federal.

Assim, não sendo possível votar o projeto como ele está, nós pedimos a retirada do projeto de pauta para permitir que façamos a sessão de apreciação de vetos, a fim de que possamos derrubar o veto e fazer valer a posição de dezembro.

A Minoria vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PT já falou.

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo vota “não” à retirada de pauta e pede que os partidos da base se mobilizem para podermos superar e votar este projeto ainda hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.

Aqueles que forem favoráveis ao projeto...

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, o PT quer trocar a sua orientação.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Não, deixa agora. Só depois, Deputada Maria do Rosário.



**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- Permita-me trocar para “obstrução”, Sr. Presidente. O PT está em obstrução.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 068.3.55.O**  
**Data: 10/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

REJEITADO.



**O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP)** - Peço votação nominal, Sr. Presidente.

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ)** - Peço verificação, Sr. Presidente.

**A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA)** - Peço verificação conjunta.

**O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA)** - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.

**O SR. ELIZEU DIONIZIO (PSDB-MS)** - Peço verificação conjunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia)** - Um momento. Quem pediu verificação?

**O SR. ELIZEU DIONIZIO** - O PSDB.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia)** - O PSDB?

**O SR. WEVERTON ROCHA** - O PDT.

**O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ)** (Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL altera a orientação para "obstrução".

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - O PCdoB pediu.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)** (Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT está em obstrução.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



---

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Convidamos os demais partidos da Oposição...

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB muda para “obstrução”.

**O SR. DAGOBERTO NOGUEIRA** (PDT-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT muda para “obstrução”.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSOL está em obstrução.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB está em obstrução. Mudem lá, por favor.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, estamos mudando para “obstrução”, para impedir a votação neste plenário de algo que não é adequado nem aos Estados do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, nem a nenhum Estado do Brasil.

Destaco que a emenda substitutiva global assinada pelos Deputados Afonso Florence, Enio Verri e outros responde a contrapartidas que não são draconianas como essas que estão sendo apresentadas pelo Governo Federal, que exige privatização.

Quero dizer, inclusive como gaúcha que sou, que não posso me posicionar neste plenário a favor de um tipo de negociação que coloca o Estado do Rio Grande do Sul de joelhos, que exige a privatização do BANRISUL, da CORSAN e da CEEE e outras empresas.

Temos que ter a altivez de nos colocar diante do Governo Federal, exigindo o acerto de contas histórico em relação à Lei Kandir, que tanto retirou do nosso



Estado. Não podemos aceitar também que se apresentem discursos falsos, como, por exemplo, o de que foram retirados da proposta de reforma da previdência os servidores públicos dos Estados, enquanto os servidores públicos dos Estados, inclusive do Rio Grande do Sul e dos demais, estão colocados aqui na renegociação da dívida para aumento de alíquota. Não...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. GIACOBO** (PR-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR vota “não”.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos votar. Deputados da base, compareçam ao plenário. Deputados do Democratas, compareçam ao plenário.

**O SR. AGUINALDO RIBEIRO** (Bloco/PP-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

**O SR. ASSIS CARVALHO** (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos nos posicionando contrários a esta proposta de renegociação das dívidas, porque isso condena os trabalhadores do Estado a não terem aumento de salário e o Estado a não ter mais possibilidades de contratar servidores públicos, como médicos e policiais para trabalharem na área da segurança, sendo o Rio Grande do Sul na área da segurança é um caos. Então, na verdade, as contrapartidas que querem é o pescoço dos trabalhadores e das trabalhadoras do Estado.



Esses Governos, tanto o do Rio Grande do Sul como o do País, são irresponsáveis. Querem colocar o pescoço do povo a serviço do pagamento de uma dívida que não é dele! É só fazer o encontro de dívidas e vai-se ver que a União é que deve para o Estado, e não o contrário.

Então, é preciso que digamos “não” a essa tentativa de colocar o prejuízo só em cima dos trabalhadores!

**O SR. NELSON MARQUEZELLI** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, pela Liderança do PDT. S.Exa. tem preferência.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, esse final de semana tive a oportunidade de visitar alguns Municípios do meu Estado do Maranhão.

Foi uma agenda política boa: dialogamos e participamos de inaugurações. Faço questão de dizer isso porque, no momento de crise que o País está vivendo, são poucos os Estados que podem dizer que estão inaugurando obras, principalmente obras estruturantes para a educação.

O Governador Flávio Dino foi, com a nossa comitiva, a Timon, para reinaugar uma escola importante daquela cidade e inaugurar a escola de tempo integral. Essa já é a 18ª escola de tempo integral inaugurada nesta gestão.

Nós participamos também da inauguração do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão — IEMA de Timon, que tem sido importante instrumento de fortalecimento da educação profissionalizante da nossa juventude do Estado.

Além do cumprimento de uma agenda política importante, nós fomos ao Município de Coroatá, que completou 97 anos. O Prefeito Luis da Amovelar Filho inaugurou algumas obras e anunciou outras importantes, além de fazer referência ao veículo do Conselho Tutelar que nós deixamos na cidade.

Ele anunciou também que, no próximo dia 19 de maio, em São Luís, nós entregaremos 44 *kits* com tratores e equipamentos agrícolas para 44 Municípios, fruto de emenda individual de nosso mandato, de nossa luta nesta Casa.

Tivemos a oportunidade de visitar o Município de Barra do Corda, onde o Prefeito Eric Costa, do PCdoB, realizou um grande encontro político com centenas



de lideranças — Prefeitos, Deputados Estaduais, Deputados Federais —, todos unidos em torno da discussão de um projeto político para o Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, em todos os Municípios por onde passei e que aqui mencionei, foi unânime o apelo dos trabalhadores, da sociedade civil organizada e das pessoas comuns. Todos que cruzavam conosco diziam: *“Deputado Weverton, lute lá em Brasília e não deixe que essa maldade da reforma da Previdência seja aprovada. Não deixe que esse ataque aos trabalhadores rurais, ao trabalhador brasileiro seja efetivado”*.

Sras. e Srs. Deputados, o anúncio que o Presidente fez na semana passada sobre a retirada de alguns itens da pauta da reforma da Previdência não resolve o problema, porque o “x” da questão, a espinha dorsal da reforma não foi alterada: os 65 anos de idade mínima e os 49 anos de contribuição mínima para o direito à aposentadoria integral, para homens e mulheres.

Não adianta nós falarmos de reforma se não formos francos, abertos, transparentes com a sociedade, se não abrirmos a verdadeira caixa-preta do fundo da Previdência; se não falarmos para a sociedade quanto é retirado por ano através da Desvinculação de Receitas da União — DRU, para pagar nossa dívida pública e seus juros.

Nós temos que dizer para a sociedade quanto é desonerado por ano através das grandes empresas, quanto se deixa de arrecadar para o fundo, quanto os grandes bancos e as grandes empresas do Brasil estão devendo ao fundo da Previdência

Nós não temos, portanto, como permitir, como apoiar essa reforma, que não é uma reforma franca. Quando se reforma uma casa, o engenheiro ou arquiteto nos dá



um mapa, um raio-x do que precisa ser feito na casa. Daí, então, tomam-se as providências para fazer uma verdadeira reforma.

Todo mundo sabe que é preciso mexer nesse assunto, mas isso não pode ser feito de qualquer jeito.

Quanto à dívida dos Estados, nós já demos uma sugestão. Amanhã, vários Deputados Líderes irão ao Senado Federal fazer um apelo ao Presidente do Congresso Nacional, para que ele coloque em votação os vetos à votação da dívida dos Estados, no final do ano passado.

Sras. e Srs. Deputados, se nós derrubarmos os vetos, o problema da recuperação fiscal estará resolvido, uma vez que ela já foi votada por esta Casa. Infelizmente, o Governo a vetou, mas nós podemos discutir os vetos. Derrubando-os, estaremos resolvendo o problema.

Era isso que nós tínhamos a dizer, Sr. Presidente.



---

**O SR. MAURO PEREIRA** - Sr. Presidente, V.Exa. me concede 1 minuto?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Mauro Pereira.

**O SR. MAURO PEREIRA** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, eu gostaria de comunicar aos meus colegas Deputados e Deputadas que está presente neste plenário o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, o Secretário de Fazenda do Estado, Giovani Batista Feltes, e o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Pezão.

Ao votarmos esse projeto de lei hoje, com certeza nós vamos estar beneficiando todos os Estados da Federação e o Distrito Federal.

Neste momento, o Rio Grande do Sul, meu Estado, está fazendo todos os ajustes fiscais. O Governador José Ivo Sartori já cortou 11 Secretarias e cancelou horas extras. Estamos fazendo o possível para que os nossos servidores recebam em dia, mas precisamos fazer esse ajuste.

Peço a todos que nos ajudem. Vamos votar! Venham a plenário! Vamos fazer com que esse projeto seja aprovado no dia de hoje!

Por fim, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Presidente Michel Temer e o Presidente da Caixa Econômica Federal pelos 7,7 milhões de brasileiros que puderam sacar, no sábado passado, o FGTS que estava parado, sem render nada.

Este Governo se preocupa com o povo trabalhador. Esse dinheiro estava parado, sem receber juros. Agora, todos podem sacá-lo — são 11,2 bilhões de reais que estão entrando na economia. Isso é muito importante!



O Presidente Temer, enfatizo, é um Presidente comprometido com o País, com as reformas que vão tirar o Brasil do atoleiro no qual foi deixado pela Presidenta Dilma e pelos partidos que a apoiaram.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

Depois, terá a palavra o Deputado Elizeu Dionizio.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, em especial do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Nós estamos tentando retirar de pauta o texto do Deputado Pedro Paulo relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, porque ele condiciona a renegociação das dívidas ao arrocho salarial dos servidores, à privatização de empresas do setor financeiro, do setor de saneamento e do setor energético, entre outras, mesmo que elas estejam economicamente saudáveis, rentáveis e que estejam praticando baixos preços. Portanto, proíbe também investimentos através de novos empréstimos.

Existe um substitutivo global que autoriza novos investimentos, que roda o ICMS e que não obriga ao arrocho salarial dos servidores.

Por isso, nós temos que retirar de pauta, e renegociar a dívida sem arrocho salarial dos servidores. Somos contra esse PLP.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Elizeu Dionizio.

**O SR. ELIZEU DIONIZIO** (PSDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu venho aqui responder a uma carta aberta que está circulando hoje no Estado de Mato Grosso do Sul. Ela é de autoria do Presidente da Federação dos



Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul — FETEMS, Roberto Botareli, aquele mesmo que, tempos atrás, foi ao aeroporto tentar me agredir, junto com seu grupo, que é representado pelo MST, pela CUT, pela FETEMS e por alguns sindicatos que não têm interesse de fazer a defesa dos direitos dos trabalhadores, e sim de fazer a defesa de interesses escusos.

Esse mesmo Roberto Botareli, Sr. Presidente, é aquele que, tempos atrás, agrediu a Dra. Janaína Paschoal — agrediu, portanto, uma mulher — no aeroporto. Esta é a forma de agir do Sr. Roberto Botareli com quem discorda dele: ganhar na força.

Hoje, ele e o seu grupo, a sua quadrilha, foram à Polícia Civil prestar esclarecimentos a respeito das ações praticadas por eles no aeroporto. Ele soltou uma nota aberta repudiando a minha conduta, por eu ter procurado a polícia para resolver a questão. Eu digo que ele está errado, ele diz que está certo. Então, quem vai decidir o que é certo é a Polícia Civil, o Judiciário. Não cabe à FETEMS, nem ao Sr. Roberto Botareli, ou a seus comparsas, formar juízo de valor.

Eu afirmo aqui, Sr. Presidente, que essa Esquerda estar fazendo oposição à minha posição política no meu Estado mostra que eu estou no caminho certo, porque aquilo que esse grupo defende é aquilo que o País repugna: eles não defendem o trabalhador; eles defendem interesses escusos.

Já conseguimos um avanço na semana passada: acabar com o imposto sindical dos servidores públicos. Agora nós vamos acabar com o imposto sindical da iniciativa privada, para acabar com a farra dessas pessoas que usam o dinheiro do trabalhador para fazer esse tipo de vandalismo.

Era esse o meu recado, Sr. Presidente.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Rocha.

Depois falarão os Deputados Caetano, Simão Sessim e Subtenente Gonzaga.

**O SR. CAETANO** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não sei porque insistir nessa matéria — nós não concordamos com ela.

**O SR. ROCHA** - Sr. Presidente, eu quero fazer o registro da minha solidariedade ao Deputado Elizeu Dionizio.

**O SR. CAETANO** - Estão equivocados, Sr. Presidente. Nós não podemos aceitar aqui o arrocho salarial dos funcionários públicos nos Estados.

**O SR. ROCHA** - Quero também aproveitar a oportunidade e pedir a V.Exa. que coloque a Procuradoria desta Casa para acompanhar esse fato grave, que envolve agressão a Parlamentar.

**O SR. CAETANO** - Quem fez a corrupção que pague por ela, que seja criminalizado.

**O SR. ROCHA** - Sr. Presidente...

**O SR. CAETANO** - Quem não tem condições de fazer um planejamento nos seus Estados, na sua gestão, condições de fazer um planejamento estratégico, de conduzir com eficiência o seu Estado, que se vire para resolver os problemas. Não venham querer colocar nas costas do funcionário público esse encargo. Essa conversa de alguns Deputados aqui é conversa fiada! Querem condenar a Esquerda, dizendo que nós não temos uma posição correta nesta matéria e em



outras. Isso é um equívoco. Todos nós aqui sabemos o que é mais importante para a sociedade brasileira.

Querem empurrar goela abaixo a reforma da Previdência, como fizeram com a terceirização, sob esse argumento mesquinho contra a classe trabalhadora e o povo. É um equívoco! É um erro! É uma posição equivocada que só atende aos interesses do capital financeiro do País!

O Governo Temer só atende aos interesses do capital financeiro, e não dos trabalhadores e do povo brasileiro. Quer empurrar goela abaixo do Congresso Nacional e da sociedade brasileira matérias que são contra o trabalhador, os movimentos sociais e o povo em geral.

Então, nós somos contra isso e nos manifestamos contra a reforma da Previdência. Vamos retomar o debate do projeto da terceirização e da reforma trabalhista. Vamos derrotá-los neste plenário.

Também não vai passar isso que os Estados, principalmente os do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, estão querendo. Nós não concordamos, nós não aceitamos.

Por isso, não queremos a retirada de pauta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Rocha.

**O SR. ROCHA** (PSDB-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero aproveitar a oportunidade para registrar a minha solidariedade ao Deputado Elizeu Dionizio, pedindo a V.Exa. e à Mesa Diretora da Casa o acompanhamento desse caso grave. Nós não podemos permitir que Parlamentares sejam agredidos a qualquer pretexto, sejam eles de que partido for.



O fato relatado pelo Deputado Elizeu Dionizio externa a atuação não de militantes sindicais ou partidários, mas de verdadeiros marginais que não aceitam a vontade popular, não aceitam o Estado Democrático de Direito.

Então, Sr. Presidente, mais uma vez registro minha solidariedade ao Deputado Elizeu Dionizio e peço a V.Exa. que designe a Procuradoria desta Casa para acompanhar a investigação desse fato grave que envolve a agressão de um Parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Simão Sessim.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - V.Exa. não vai encerrar a sessão, Presidente?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer um apelo aos colegas do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, principalmente aos que estão fazendo obstrução, para que pensem nos servidores, que estão na expectativa de receber o salário no próximo mês ou nos meses seguintes.

Presidente, eles estão fazendo oposição quando poderiam... Se querem endireitar o projeto, se querem aditar algo a ele ou se querem eliminar algo dele, que o façam por indicação, que disputem no voto. Não façam isso de se esconder e de deixar de votar um projeto que é de suma importância para os Estados que estão na penúria.

Deputada Laura Carneiro e Deputado Pedro Paulo, que não votaram ainda: nós precisamos de quórum.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Subtenente Gonzaga.



**O SR. SUBTENENTE GONZAGA** (PDT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, ao dizer que vai aumentar a contribuição previdenciária, além de ser extremamente agressivo, ele induz ao erro. Quando nós falamos em contribuição previdenciária do servidor, temos que falar da contrapartida patronal. Se nós aumentarmos em 3% a contribuição do servidor, no mínimo deveria haver a previsão de aumento da contribuição patronal. Se nós estamos falando em recolher mais 8%, tínhamos que falar sobre a contribuição patronal.

Portanto, Sr. Presidente, o Governo engana a todos ao dizer que é uma contribuição previdenciária. Está usando a Previdência para fazer um confisco unilateral dos servidores. Se fosse para restabelecer o equilíbrio atuarial da Previdência, teríamos que falar também sobre a contribuição patronal, mas isso não está sendo debatido.

Por isso, Sr. Presidente, fazemos ao Governador Pezão, que está aqui no plenário, e ao Governador Ivo Sartori, um apelo no sentido de que realmente possamos repensar a estratégia de equilíbrio fiscal sem fazer esse confisco aos servidores. É uma injustiça o que se faz com os servidores desses Estados e de outros que poderão vir a pleitear a recuperação fiscal.

Fazemos esse apelo e também esta denúncia: se queremos de fato falar sobre equilíbrio atuarial da Previdência, temos que falar sobre contribuição patronal. Não sendo assim, trata-se de confisco feito diretamente do bolso do servidor público do País.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Major Olimpio, pela Liderança do Solidariedade.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (SD-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse PLP 343, que vai instituir o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados, está penalizando aquele que já é vítima, quer fazer pagar mais aquele que já paga.

Mais uma vez satanizando a figura do servidor público, está contido no bojo desse projeto que, se o Estado aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, a contribuição previdenciária será aumentada no mínimo — no mínimo — em 14%, podendo, extraordinariamente, ir a percentuais muito maiores. Congelam-se as promoções, congelam-se os concursos públicos, congelam-se os abonos ou qualquer vantagem e garantia que exista na área do serviço público.

Por que existe essa dificuldade de não haver quórum para se votar a matéria? Porque o Deputado pode ser aliado, mas não é alienado. Pelo amor de Deus! Nós apresentamos um substitutivo ao PLP 343. Aqui não se trata de Oposição ou Situação, Esquerda ou Direita. Mas simplesmente o caminho, a solução para que cheguemos a um consenso nessa votação está em não penalizarmos aqueles que já estão arrebatados. Os servidores públicos do Rio Grande do Sul, os servidores públicos do Rio de Janeiro já estão com os salários sendo divididos, atrasados.

Tudo isso foi produto da roubalheira, do escracho, do escândalo. No Rio de Janeiro, cinco Conselheiros do Tribunal de Contas estavam na cadeia porque, além de não assessorarem o Legislativo no acompanhamento das contas do Estado, estavam roubando junto com a quadrilha do Cabral e tantas outras.



Pelo amor de Deus! Queremos, sim, que haja equilíbrio fiscal para os Estados. Isto é salutar. Agora, não há quórum porque o Deputado que tiver dignidade, que tiver respeito pelo seu voto, que tiver respeito pelos seus eleitores, que tiver respeito pelos servidores do seu Estado não virá aqui, porque sabe exatamente que de nada adianta.

Vem Governador aqui, vem pressão, vão dizer que vão liberar mais emendas e vão fazer o diabo que for. Mas não vamos penalizar aqueles que já estão penalizados. Tenham isso na cabeça! Aqueles que dilapidaram o Estado têm que ser responsabilizados. Neste momento, é necessário, sim, o equilíbrio fiscal. Mas tudo tem limite. Vão bater naqueles que são solução, e não problema?

Apenas para complementar, dirijo-me a cada um dos Parlamentares. Não queremos fazer obstrução por obstrução. Não se trata disso. Mas não dá mesmo. Não há quórum e não haverá. Querem que votemos uma matéria que está arrebatando os servidores públicos. E, mais, covardemente, enquanto se fala até no aumento da contribuição previdenciária do servidor, não se fala em nenhum item que aumente também a contrapartida do ente patronal, que é o Estado. Só o servidor vai pôr, no mínimo, 14%. O Estado não vai pôr absolutamente nada.

Então, queremos dar uma solução não só para o Rio Grande do Sul, para o Rio de Janeiro, mas para todos os outros Estados, que estão a caminho da falência. Porém não podemos penalizar, fazendo com que novamente paguem aqueles que já pagando...

*(Desligamento automático do microfone.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Betinho Gomes.

**O SR. BETINHO GOMES** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ao ouvir aqui pronunciamentos sobretudo da Oposição, fico chocado em ver o quanto eles estão pregando a irresponsabilidade. Eles já fizeram fartamente isso em vários Estados. E o próprio Brasil entrou numa situação fiscal de desequilíbrio por conta da irresponsabilidade.

É verdade que os Governadores não cumpriam sua tarefa, sobretudo o do Rio de Janeiro. Mas não podemos ficar aqui simplesmente apontando o erro dos Governadores — e devem ser responsabilizados. É preciso lembrar que há uma população sofrendo e pagando o preço por isso. Não só o servidor público, mas toda a população do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul está pagando um preço altíssimo.

Portanto, não podemos ficar aqui de mãos atadas e não apresentar um caminho, porque quem está pagando mais caro por essa irresponsabilidade é o cidadão, que precisa da segurança, que precisa da educação, que precisa da saúde. E, neste momento, os Estados em questão não têm condição de enfrentar os seus problemas e desafios fiscais.

É uma solução amarga? Sim. É uma solução que talvez não agrade a todos? Sim. Mas é a solução possível para o momento. Não se pode deixar uma população inteira pagando o preço pela irresponsabilidade alheia, sem oferecer um caminho.

Precisamos compreender que somos uma Federação e, portanto, é necessário darmos uma alternativa para os Estados federados encontrarem uma solução para essa crise. Inclusive, se aqueles Estados que estão em ordem, em dia



eventualmente tiverem dificuldade no futuro, eles poderão ter um instrumento legal para ajudá-los a sair do sufoco.

O que precisamos mesmo é superar essa cultura da irresponsabilidade fiscal e cuidar das pessoas, mantendo equilibradas as contas dos órgãos dos Estados, para que possam garantir as políticas públicas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Antes de dar prosseguimento à sessão, esta Mesa dá conhecimento ao Plenário do seguinte

*Ato da Presidência*

*O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Resolução nº 2, de 2011,*

*Resolve*

*I - instalar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados no dia 11 de abril, terça-feira, às 18 horas, no Plenário 9 do Anexo II;*

*II - designar para compô-lo, na forma indicada pelas Lideranças, os Deputados constantes da relação anexa.*

*Brasília, 10 de abril de 2017.*

*Rodrigo Maia*

*Presidente da Câmara dos Deputados*



---

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PMDB/PP/PTB/DEM/PRB/SD/PSC/PHS/PTN/PMN/PRP/PSDC/PEN/PRTB**

**Titulares:** *Cacá Leão (PP), Elmar Nascimento (DEM), Hiran Gonçalves (PP), João Marcelo Souza (PMDB), Kaio Maniçoba (PMDB), Mauro Lopes (PMDB), Ronaldo Martins (PRB), Sérgio Moraes (PTB), 2 vagas.*

**Suplentes:** *Cabuçu Borges (PMDB), Carlos Bezerra (PMDB), Carlos Marun (PMDB), Covatti Filho (PP), Marcos Rogério (DEM), Ronaldo Carletto (PP), 4 vagas.*

**PT/PSD/PR/PROS/PCdoB**

**Titulares:** *José Carlos Aleluia (PR), Laerte Bessa (PR), Leo de Brito (PT), Sandro Alex (PSD), Valmir Prascidelli (PT), Zé Geraldo (PT).*

**Suplentes:** *Jorginho Mello (PR), Paulo Freire (PR), 4 vagas.*

**PSDB/PSB/PPS/PV**

**Titulares:** *César Messias (PSB), Júlio Delgado (PSB), 2 vagas.*

**Suplentes:** *Adilton Sachetti (PSB), Flavinho (PSB), 2 vagas.*

**PDT**

**Titular:** *Pompeo de Mattos.*

**Suplente:** *Ronaldo Lessa.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Deputada Jandira Feghali tem a palavra pela Liderança da Minoria.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a primeira coisa que gostaria de pedir aos Parlamentares é bom senso e que falemos a verdade para quem nos ouve e para quem nos vê: mesmo que este projeto fosse aqui aprovado, não há, Deputados do Rio de Janeiro que já se manifestaram, nenhuma solução imediata para o salário de ninguém, para o 13º salário de ninguém, para a aposentadoria de ninguém.

Este projeto exige que o Estado, como precondição, aprove tantos projetos e faça tantas privatizações que a impressão que me dá é que ninguém lá fora acredita que é verdade que ele vá resolver algo. Vamos levar meses para abrir negociação com este Governo Federal, porque tudo é precondição: mudança na Previdência é precondição; privatizações são precondição; todas as limitações e cortes são precondição.

Ou seja, primeiro eu coloco toda a crise nas costas do povo e dos trabalhadores, vendo tudo o que há para vender, e depois — aí, sim — eu vou pedir abertura da moratória ao Governo Federal. Isso leva meses e também depende da Assembleia Legislativa.

O Governador do meu Estado do Rio de Janeiro aqui está e sabe do que estou dizendo: que a Assembleia perdeu credibilidade para votar projetos com esse conteúdo. O que vai acontecer é ele não conseguir aprovar isso, o que vai transformar numa praça de guerra não apenas o Estado do Rio de Janeiro, como o País inteiro.



Ninguém que não tenha responsabilidade sobre a crise que lá está vai querer pagar por essa solução, até porque não é solução. Estamos trazendo o conjunto dos Estados, inadimplentes ou adimplentes, para a mesma situação, porque alguns já estão em crise e outros estarão.

E aí vamos pedir a todos que vendam tudo e que cortem salário, reajuste e concurso de onde inclusive há necessidade, como os postos de saúde. Vai ser aumentada a tributação da Previdência sei lá para quanto, porque o projeto autoriza tributação extraordinária. No Rio de Janeiro, queriam aprovar essa tributação em 30%. Ou seja, um terço do salário dos servidores seria destinado para o pagamento da dívida. E isso não seria para investir em nada, não seria para aplicar em saúde, mas, sim, para pagar juros de dívida com o Governo Federal.

Já autorizaram a venda da empresa de saneamento, que era uma empresa lucrativa e arrecadava 300 milhões de reais por ano para o Estado, com vários contratos com Municípios, que serão rompidos.

Imagino que o Rio Grande do Sul vai ter que vender o BANRISUL, a empresa de energia e o que houver lá; que Minas Gerais vai vender a CEMIG, a COPASA e o que houver para vender.

No final das contas, a dívida vai aumentar depois de 3 anos — a do Rio de Janeiro vai de 107 milhões de reais vai para 139 milhões de reais — e não haverá mais nada para vender. Enquanto isso, os trabalhadores já se arrebutaram com esse tipo de projeto.

Ora, quero aqui de novo apelar para o Presidente da Câmara e os Parlamentares: vamos ao Senado Federal, solicitar ao Presidente do Congresso que respeite o Projeto de Resolução nº 1, de 2015-CN, e coloque em votação os vetos.



Se nós queremos uma solução imediata, derrubemos o veto do então Presidente Michel Temer, para que — aí, sim, sem outras condições — possamos absolutamente reabrir as renegociações. Aí, sim, é imediato. Aí, sim, estaremos falando a verdade para o povo do Brasil. Aí, sim, conseguiremos fazer com que, a depender das condições específicas de cada Estado, a negociação aconteça.

O que estamos fazendo aqui é botando uma camisa de força nos Estados, é botando os Estados reféns de uma agenda federal de privatizações e de corte de gastos. V.Exas. querem melhorar a economia reduzindo a renda do povo trabalhador? Isso não vai melhorar a economia, não, porque a renda do povo, além de reduzir desigualdade, dá tributo, gira economia, gera consumo e traz a possibilidade de que muitos Municípios possam fazer sua economia acontecer e funcionar.

Aliás, isso é algo que este Governo esqueceu. *“Massa salarial? Esqueçam! Nós não queremos saber de massa salarial, não queremos saber de aposentados, não queremos saber de pensionistas, de trabalhador do campo e da cidade.”*

Estou vendo os anúncios de recuos na proposta de reforma da Previdência. Tudo mentira! Não há solução por ali. Enquanto mantivermos os 65 anos de idade e a contribuição em 25 anos no mínimo e 49 anos para o trabalhador se aposentar no teto, a essência da proposta é de exclusão de 80% dos trabalhadores das cidades e 100% dos trabalhadores do campo. Não se iludam! A essência está preservada.

Estão fazendo continha: *“Vamos ver se trazem aqui o pessoal da polícia, vamos ver se trazem aqui os Deputados de regiões onde o trabalho rural é intenso, vamos tentar trazer a bancada feminina e enganar todo mundo”*. Mas mesmo que



tirem 1 ou 2 anos das mulheres, mantendo os 25 anos de contribuição, nenhuma mulher se aposentará neste País. Hoje a maioria das mulheres se aposenta por idade, sendo que a média contribui por 10, 12 ou 15 anos. Então, essa é a reforma da exclusão.

E aí dizem: “*Vamos tirar os Estados e Municípios*”. Está aí a precondição desse projeto: jogou a reforma para os Estados e Municípios, não como prazo, mas como precondição para se abrir a negociação com o Governo Federal.

Isso é mentir para a sociedade brasileira. Isso não é verdade. Esse projeto não resolve, piora a situação dos Estados, aumenta as dívidas dos Estados, piora a vida dos trabalhadores e piora as políticas públicas.

Quero, ao final, dizer o seguinte: para votarmos algo como isso, falando do Rio de Janeiro, precisamos conhecer as contas do Rio de Janeiro, precisamos saber o que aconteceu ali. O Governador está aqui neste plenário. Estou falando para ele ouvir. Ele sabe que lá existe uma crise ética profunda, com muito desvio de dinheiro.

Mas esta, por si só, é a razão da crise? Não. Ela é muito importante, mas não é a única razão. Lá a base produtiva acabou. Não há base produtiva hoje no Rio de Janeiro, para arrecadar recursos. Há políticas erradas, políticas de não investimento uma desoneração ampla, geral e irrestrita.

Na semana passada, enquanto estávamos aqui discutindo o projeto, o Governo do Estado mandou para a Assembleia uma desoneração de 650 milhões de reais para a AMBEV, no meio da crise.

Há ali, na verdade, falta de planejamento, de base de arrecadação. A culpa não é do trabalhador e não é da Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE, que é lucrativa e superavitária. Estamos na contramão do mundo! Hoje,



enquanto mais de 200 cidades, em 37 países, estão reestatizando os seus sistemas de saneamento, nós, Deputada Benedita da Silva, estamos entregando os nossos.

A população carente do Rio de Janeiro vai ficar sem água, sem saneamento, sem nada, porque o mercado não quer saber de povão, quer saber de filé-mignon, para ter dinheiro e recurso.

Portanto, vamos parar de colocar Parlamentares da bancada do Rio de Janeiro contra o Estado. Quem está votando contra o Rio de Janeiro é quem vota a favor deste projeto. Não há solução imediata. Vamos piorar a dívida e não vamos resolver o problema nem dos trabalhadores, nem das políticas públicas e nem do povo.

Portanto, vamos parar de enganar o povo. Vamos tirar esse projeto de pauta e vamos derrubar o veto, o que é muito mais ágil e muito mais justo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



**O SR. WELITON PRADO** - Quero orientar pelo PMB, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB, Sr. Presidente, tem o posicionamento de que o PLP 343 é nocivo aos trabalhadores, aos servidores e à população de Minas Gerais.

Há alternativas. A proposta da nossa bancada é fazer o encontro de contas em relação às perdas financeiras que os Estados, inclusive Minas Gerais, tiveram em relação à Lei Kandir.

Houve a desoneração de ICMS, houve uma perda financeira muito grande para o Estado de Minas Gerais. Se já fizermos esse encontro de contas, Minas Gerais sairia de uma situação deficitária para uma situação em que teria inclusive haveres com o Governo Federal.

Então, a alternativa, em vez de prejudicar a população, os servidores e entregar as nossas riquezas, é fazer esse encontro de contas em relação às perdas financeiras da Lei Kandir.

Esse é o nosso posicionamento. Achamos que isso é totalmente possível e esperamos que o conjunto do Plenário tenha o mesmo entendimento.

Por isso, votamos pela retirada de pauta do PLP 343.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 18;

NÃO: 267;

ABSTENÇÃO: 1.

**O REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA FOI REJEITADO.**



---

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 2 de abril foi celebrado o Dia Mundial de Sensibilização para o Autismo.

Esta é uma data constante do calendário oficial da Organização das Nações Unidas desde 2008 e visa despertar a atenção do público e das autoridades para esse transtorno, para a importância de seu diagnóstico antecipado e para o meio mais adequado de se relacionar com os autistas.

O autismo, descrito pela primeira vez em 1943, caracteriza-se por uma forma diferenciada de comunicação e de relacionamento com outras pessoas, por inclinação a comportamentos repetitivos, por formas não habituais de aprendizado e por vívido interesse por assuntos específicos.

O transtorno afeta milhões de pessoas no Brasil, Sr. Presidente. A falta de diagnóstico e o desconhecimento, por parte da família e da escola, da maneira de como se deve cuidar dessa condição constituem uma grande barreira para o desenvolvimento da criança autista.

A pessoa com autismo possui uma forma especial de se relacionar com a realidade que a cerca, o que deve ser respeitado e valorizado. Os pais e irmãos precisam ser orientados de como agir para o bem da criança, e a escola precisa estar pronta para acolhê-la e ensiná-la.

Em 2012, foi aprovada a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que é um marco legal significativo, porque põe no papel alguns direitos essenciais para o crescimento e para a saúde



das pessoas com autismo.

Dois aspectos da norma que gostaria de enfatizar são a saúde e a educação. A lei estabelece ser direito do autista o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral a suas necessidades de saúde, incluindo diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional, nutrição e terapia nutricional, medicamentos e informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento.

Quanto à educação, a lei deixou claro que eles têm direito de acesso à educação e ao ensino profissionalizante, à moradia, ao mercado de trabalho, à Previdência Social e à assistência social.

Embora sejam meritorias e, na verdade, fundamentais estas disposições legais, constatamos que, na prática, os serviços de saúde e de educação brasileiros estão completamente despreparados para prestar o atendimento que os autistas necessitam e a que têm direito.

É necessário e urgente que o Poder Executivo, de todas as esferas, cumpra o seu dever e cumpra a lei. Não se pode tolerar que milhões de brasileiros fiquem desamparados e vejam seus direitos serem desrespeitados.

São precisos programas e ações concretos que deem a estes brasileiros condições efetivas de usufruir sua cidadania.

Encerro, Sr. Presidente, desejoso de que aproveitemos todos o Dia Mundial da Sensibilização para o Autismo e abracemos a causa sem reservas, ajudando a romper o preconceito que, infelizmente, ainda existe contra os autistas em nosso País, tornando-o, assim, uma nação mais agregadora, acolhedora e inclusiva.

Solicito a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



**O SR. CELSO RUSSOMANNO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, anualmente, em 7 de abril, comemora-se o Dia Mundial da Saúde, data muito especial do calendário oficial da Organização das Nações Unidas.

A saúde é um direito fundamental de todo ser humano: nossa Constituição o consagra no art. 6º. É também o alicerce para a fruição de outros direitos. Com efeito, não aprende o aluno que não está saudável, não trabalha o trabalhador que não goza de saúde, e assim por diante.

Malgrado sua importância, os serviços públicos de saúde encontram-se, na maior parte do Brasil, em condições terríveis. Há filas intermináveis para o atendimento com especialistas e para a realização de exames e procedimentos cirúrgicos. Escasseiam equipamentos e materiais. Faltam leitos: em muitas localidades, os pacientes são atendidos onde couberem, até mesmo no chão. Em resumo, senhores, a situação é precaríssima, um verdadeiro caos.

Não muito diferente é a situação do atendimento a transtornos psicológicos no Brasil, a despeito do longo trabalho de humanização que se tem feito no País.

Todo ano um tema é escolhido para centralizar as atenções no Dia Mundial da Saúde. Em 2017, o tema é a depressão, condição que não pode ser ignorada ou menosprezada. De fato, a depressão é fonte de enorme sofrimento e a maior causa de incapacidade. Os últimos dados da Organização Mundial da Saúde estimam em 300 milhões o número de pessoas com depressão no mundo, o que representa um incremento de 18% entre 2005 e 2015.

O problema torna-se mais sério quando constatamos que a depressão é uma doença pouco tratada. Menos da metade das pessoas afetadas recebem tratamento.



Muitas pessoas com sintomas depressivos não procuram ajuda, tanto por conta do desconhecimento do transtorno, quanto por receio de procurar tratamento médico.

A verdade é que os transtornos psicológicos ainda são encarados com muita desconfiança em nosso País. Persiste, em nossos dias, um intolerável estigma sobre aquele que enfrenta a árdua luta contra essas condições, em particular, a depressão. Portanto, temos de nos empenhar para romper, de pronto, com essa visão ultrapassada e matizada de ignorância e preconceito.

A depressão, com toda a sua particularidade, é uma doença que possui tratamento médico e psicológico efetivo e, portanto, deve receber atendimento profissional. Além disso, os pacientes com depressão merecem respeito e acolhimento humano dos serviços públicos e privados de saúde, da família e da sociedade como um todo. Em particular, tem a família, base da sociedade, a tarefa fundamental de compreender o problema e ajudar a pessoa com depressão a suportar e superar a enfermidade.

Meu desejo, Sr. Presidente, é que possamos, neste 7 de abril, refletir, como sociedade, sobre as dificuldades e desafios da saúde. O Parlamento tem condições de contribuir para o debate e aprimoramento dessa questão, por meio da atividade legiferante, do Orçamento e da fiscalização das políticas públicas de saúde e da adequada aplicação dos recursos destinados ao setor.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada, aconteceu a Conferência da Rede de Mulheres Parlamentares da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — RM-AP-CPLP. O encontro terminou no dia 5 de abril, com informações que mostram avanços nas políticas voltadas à igualdade entre homens e mulheres.

No último dia de discussões, representantes de Portugal, Angola, Cabo Verde e Timor Leste analisaram dados sobre saúde, ações de combate à violência contra a mulher e de promoção da equidade na educação e no trabalho.

De modo geral, as Parlamentares afirmaram que seus países estão mais comprometidos em integrar plenamente a mulher no processo de desenvolvimento socioeconômico.

A Deputada portuguesa Ângela Guerra falou, por exemplo, sobre como Portugal acolhe a vítima de violência. De acordo com a Parlamentar, existe no País uma rede específica para atendimento dessas mulheres. *“Nós temos salas específicas de atendimento às vítimas que querem fazer suas queixas. E não o fazem diante de homens, há mulheres para atendê-las”*, afirmou. Depois a Justiça segue acompanhando o caso.

Outro tema discutido durante a Conferência foi o aborto. Em Portugal, a interrupção voluntária da gravidez é permitida por lei e referendo desde 2007.

Ângela Guerra explicou que, desde então, houve queda de 15% na prática. *“As mulheres têm contracepção, têm informação. As meninas têm informação e não precisam recorrer à interrupção da gravidez, porque nem sequer ficam grávidas”*, afirmou.



Em Angola, a situação é diferente. A Deputada angolana Cândida Celeste informou que a aprovação do primeiro Código Penal verdadeiramente angolano esbarra na penalização ou não da interrupção da gravidez.

*“As mulheres são contra o aborto porque o País ainda não tem população suficiente”* — depois da independência e de conflitos internos —, *“mas a questão é religiosa”*, ressaltou a Parlamentar.

As diferenças salariais entre homens e mulheres também foram motivo de debates no encontro. Em Portugal, frisou Ângela Guerra, ainda há essas desigualdades, e as mulheres enfrentam a dupla jornada de trabalho. *“As mulheres trabalham em média 14 horas a mais que os homens na semana, incluindo trabalho pago e não pago, e ganham menos”*, lamentou.

Já as Deputadas de Angola e Cabo Verde disseram que, em seus países, vigora a paridade salarial. Em Angola, as mulheres ocupam 25% das vagas nos órgãos de administração central, 40% nos tribunais superiores e 38,6% no Parlamento, índices bem melhores do que os do Brasil, onde a participação feminina no Legislativo gira em torno de 10%.

Em Cabo Verde, segundo relatou a Deputada Eva Ortet, a igualdade de gênero é um compromisso assumido pelo governo por meio de diversos instrumentos internacionais e nacionais, o que inclui políticas de microcrédito destinadas às mulheres.

Os debates que aconteceram durante a Conferência foram extremamente produtivos. A troca de ideias e experiências entre diversas nações com realidades diferentes é sempre muito enriquecedora.

Tenho certeza de que aprendemos bastante com os relatos feitos pelas



Deputadas dos países de língua portuguesa. Parabenizo, portanto, os organizadores do evento e, em especial, a Deputada Rosângela Gomes, Presidente da Rede Mulher da Assembleia Parlamentar.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



**O SR. ALFREDO NASCIMENTO** (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta semana faz 100 dias que os Prefeitos do Amazonas estão à frente das Prefeituras. Mais de 2 milhões de eleitores foram às urnas e escolheram Prefeitos de 62 Municípios amazonenses e 722 Vereadores. Nesse período, tenho exercido o papel de receber Prefeitos e Vereadores, tanto em Brasília quanto em Manaus, e de atender a pleitos.

Sabemos que este ano o Brasil vive uma crise econômica sem precedentes e que nos Municípios a crise parece ser ainda mais devastadora. Isso acontece porque as Prefeituras veem os empregos indo embora e a renda da população caindo, bem como a falta de verbas batendo à porta do Poder Executivo.

Temos feito a nossa parte. Este final de semana, por exemplo, uma comitiva de Vereadores de São Gabriel da Cachoeira me procurou para tratar de projetos, emendas e obras federais para o Município. Uma das questões mais urgentes de lá é a recuperação da BR-307, que liga o Município de São Gabriel da Cachoeira à comunidade de Cucuí, na fronteira com Venezuela e Colômbia. Estamos trabalhando para conseguir o licenciamento ambiental para iniciar as obras de manutenção o quanto antes e garantir, assim, a trafegabilidade com segurança na rodovia.

Parintins é outro Município com o qual estamos trabalhando em conjunto. Neste momento, estamos tentando viabilizar a atracação, no porto da cidade, de navios de grande porte, os transatlânticos. Acertamos que a Prefeitura irá elaborar o projeto das poitas para o porto e que eu vou pleitear no Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil os recursos para a sua implantação. Também temos trabalhado no sentido de dar sequência às obras de construção do Porto da Vila



Amazônia e de viabilizar o aeroporto para recebimento de voos diurnos — hoje ele está operando apenas voos noturnos.

Também neste final de semana, o Presidente da Associação Amazonense dos Municípios, João Campelo, e Vereadores de Itamarati estiveram comigo. Já conseguimos garantir o início das obras de estabilização do talude do Porto de Itamarati e o início das atividades portuárias a partir deste mês. Garanti ainda a destinação de emenda ao Orçamento da União de 2018 para o Município.

O Prefeito Nenê Machado e Vereadores de Nhamundá também pleiteiam para mim verbas para praça, porto e infraestrutura.

Sempre que temos verba disponível por meio de emendas, destinamos aos Municípios amazonenses mais carentes. Além disso, disponibilizamos todas as possibilidades para que Prefeituras consigam junto ao Governo Federal verbas de programas destinados exclusivamente às cidades, principalmente para infraestrutura, saúde e educação.

Esses 100 dias estão sendo de grande dificuldade para todos os Municípios, mas acreditamos que a mudança deve acontecer em breve, uma vez que o Brasil está se recuperando aos poucos.

Vamos nos fortalecer!

Era isso que tinha a dizer.



**O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR** (PCdoB-MA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. que seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este artigo de minha autoria, publicado no *Jornal Pequeno*.

#### ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR

Por uma bancada unida do Maranhão

Além dos vários desafios do mandato de representante popular, terei mais um em 2017: coordenador da bancada maranhense na Câmara dos Deputados. Para essa função, fui escolhido nesta semana, em eleição que envolveu os Deputados e Senadores do nosso Estado.

Será um desafio, mas também uma honra exercer essa atividade, para a qual peço mais uma vez o apoio da população. O trabalho precisa sempre olhar para o bem do nosso Estado, dialogando com o Governador Flávio Dino, Deputados Estaduais e a sociedade em geral.

Como Deputado Federal, e agora, Coordenador da bancada, vou trabalhar por todo nosso Estado. Muitos eu já visitei e ainda tem outros a conhecer e abrir um diálogo direto com os moradores.

Nos Municípios maranhenses, estão as marcas de 50 anos de governos que agiram durante esse tempo em favor somente de duas famílias. À maioria dos maranhenses foram negados vários serviços públicos que poderiam dar a eles cidadania e um futuro melhor.

Sendo assim, nosso Estado tem muitos desafios, em várias áreas: educação, saúde e muito mais. O Governo do Estado já tem feito muito nessas áreas, com o Bolsa Escola, Restaurantes Populares, Escola Digna e Força Estadual de Saúde.

Como Coordenador, ficarei trabalhando pelo Estado, mas, é claro, com ainda mais diálogo constante e intenso com a equipe do Governador Flávio Dino, atual gestora estadual.



A bancada maranhense na Câmara tem 18 Deputados, divididos em 13 partidos. Minha função inclui, portanto, a tarefa de unir os colegas para fortalecer a representação do Estado no Parlamento, resultando em melhorias para nosso povo.

Unida, a bancada também atua melhor na relação com o Governo Federal, dentro e fora dos limites do Maranhão. Lembro que, todo ano, os Deputados decidem quais emendas defenderão, em conjunto, para garantir recursos no Orçamento federal.

Como tem sido, tentarei trabalhar junto com os demais 17 Deputados, a favor da justiça social do povo do nosso Maranhão. Estou à disposição dos maranhenses, mais uma vez, nessa nova tarefa: Coordenador da bancada na Câmara. Obrigado pela oportunidade.

Obrigado.



## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 068.3.55.O**  
**Data: 10/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 068.3.55.O**  
**Data: 10/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando a 2ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, segunda-feira, dia 10 de abril, às 20h27min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 068.3.55.O**  
**Data: 10/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

***(Encerra-se a sessão às 20 horas e 25 minutos.)***